



A economia cafeeira no Vale do Paraíba paulista na República Velha: uma avaliação

Fabio Ricci¹

Resumo

O artigo apresenta, com base em bibliografia e documentação uma interpretação de como, em que pese ser a produção cafeeira no vale do Paraíba Paulista decadente, a política de valorização do café manteve um fluxo de capital para a região suficiente para a manutenção das atividades econômicas e de uma estrutura física e de capitais acumulados que se direcionaram para as atividades manufatureiras e industriais, em particular o setor têxtil. A proximidade com os dois principais centros urbanos do país, São Paulo e Rio de Janeiro, os meios de transporte, a disponibilidade de mão-de-obra foram outros fatores que auxiliaram na formação urbano industrial do Vale do Paraíba paulista, auxiliando na transição da economia cafeeira para a economia urbano-industrial.

Palavras chave: Convênio de Taubaté, Economia cafeeira, Vale do Paraíba.

¹ Historiador, Mestre e Doutor em História econômica pela USP, professor/pesquisador do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. professora do programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté - UNITAU, Taubaté, SP, Brasil. End: Rua Expedicionário Ernesto Pereira, 225, Centro, Taubaté, SP, CEP 12030-320. E-mail: fabioricci@uol.com.br

The coffee economy in the Vale do Paraíba Paulista in Old Republic: an assessment

Abstract

The paper presents, based on an interpretation literature and documental research, how the policy of enhancing the coffee production kept a capital flow to the region, enough to maintain the economic activities of a physical structure and accumulated capital that were directed to the manufacturing and industrial activities, specially the textile sector. The proximity of the two main urban centres of the country, Sao Paulo and Rio de Janeiro, the transport means, the availability of workforce were other factors that helped to develop the industrialization of the Vale do Paraíba Paulista, assisting in the transition of coffee economy for the urban-industrial economy.

Keywords: Agreement of Taubaté, Economics coffee, Vale do Paraíba.

Introdução

Todos sabemos do período de prosperidade econômica que viveu a região do Vale do Paraíba no século XIX. Como nos indicou Nice Lecocq Müller, a cafeicultura foi sem dúvida fator de progresso da região, que cresceu e diversificou as funções dos centros urbanos. (MÜLLER, 1969, p.55-67)

Os barões do café e sua ascensão política sobre a sociedade brasileira do período foram uma das conseqüências dessa prosperidade. Esta sobreviveu ao tempo, conseguindo, no plano político, estender-se até o século XX, com a primeira eleição de Rodrigues Alves para a presidência da República, em 1902, mandato que terminaria em 1906, ano do Convênio de Taubaté, que estabeleceu a valorização do produto no mercado internacional por meio da retenção de estoques dos excedentes produzidos. Ambos os fatos deram-se na região em decadência da produção cafeeira do Vale do Paraíba, cuja cultura avançara para o Oeste paulista. (MILLIET, 1946, p.17-27)

No entanto, a política de defesa do preço do café manteve um fluxo de capital para a região numa proporção maior do que teria ocorrido em condições de mercado.

Para corroborar com esse ponto de vista o artigo apresentará, primeiramente, um perfil da evolução da produção cafeeira no Estado de São Paulo, que correspondia praticamente à do Brasil.

Embora seja de conhecimento a situação apresentada, ela serve de ponto de partida para constatar que as generalizações feitas sobre a queda da produção na região do Vale do Paraíba paulista não levam em consideração as peculiaridades da evolução produtiva do café intra-regional, o que é discutido na segunda parte do artigo.

Após a apresentação da evolução produtiva, inserimos uma análise sobre o faturamento da região antes, durante e depois da vigência da política de defesa do preço do café.

Com as reflexões específicas sobre a produção cafeeira, o artigo passa a analisar os efeitos da mesma sobre alguns fatores fundamentais do processo produtivo, como a oferta da força de trabalho e os meios de transporte (ferrovia) e suas conseqüências sobre a evolução urbana, alicerçando a região para encontrar sua nova vocação, a industrialização intensiva em mão-de-obra e de produtos populares para abastecer os maiores centros que ponteiavam a região, Rio de Janeiro e São Paulo e, particularmente, deste para o interior.

A produção cafeeira no Estado de São Paulo

Tomamos como referência para a análise da evolução da produção de café no Estado de São Paulo, para o período estudado, o clássico trabalho de Sérgio Milliet (1946). Dele transcrevemos os dados constantes da tabela 1. A seguir, elaboramos uma conversão demonstrando os mesmos dados em porcentagens (tabela 2) com o objetivo de facilitar a visualização da evolução da produção de café.

Tabela 1: Produção de Café no Estado de São Paulo, Arrobas

Ano	Norte *	Central **	Mogiana	Paulista	Arara-quarense	Noroeste	Alta Sorocabana	Total
1836	510.406	70.378	821	8.461	-	-	-	590.066
1854	2.737.639	491.397	81.750	223.470	-	-	-	3.534.256
1886	2.074.267	3.008.350	2.262.599	2.458.134	420.000	-	151.000	10.374.350
1920	767.069	2.780.525	7.852.020	4.148.462	4.152.438	722.119	1.676.228	22.098.861
1935	898.332	3.716.021	8.521.076	6.110.213	14.126.113	12.544.045	6.524.410	52.440.210

Fonte: MILLIET, Sergio. op. cit. pp. 17-27.

*Inclui os municípios do Vale do Paraíba Paulista e litoral norte do Estado. MILLIET, op. cit. p. 10.

**Inclui os municípios abrangidos pela área poligonal entre a Capital, Piracaia, Bragança, Campinas, Piracicaba, Itapetininga, Piedade e Una. MILLIET, op. cit. p. 10.

Tabela 2: Produção de Café no Estado de São Paulo, Porcentagem

Ano	Norte *	Central **	Mogiana	Paulista	Arara-quarens e	Noroest e	Alta Sorocabana	Total
1836	86,50	11,93	0,14	1,43				100,00
1854	77,46	13,91	2,31	6,32				100,00
1886	19,99	29,00	21,81	23,69	4,05		1,46	100,00
1920	3,47	12,58	35,53	18,77	18,79	3,27	7,59	100,00
1935	1,71	7,09	16,25	11,65	26,94	23,92	12,44	100,00

Elaborada pelo autor. Fonte: MILLIET, Sergio. op. cit. pp. 17-27.

*Inclui os municípios do Vale do Paraíba Paulista e litoral norte do Estado. MILLIET, op. cit. p. 10.

**Inclui os municípios abrangidos pela área poligonal entre a Capital, Piracaia, Bragança, Campinas, Piracicaba, Itapetininga, Piedade e Una. MILLIET, op. cit. p. 10.

Observamos que a produção total do estado experimentou uma expansão anual no período anterior à política de defesa de 3,4% ao ano entre 1854 e 1886 e de 2,2% ao ano entre 1886 e 1920. Devemos considerar as especificidades de produção da planta, que ocorre anos após o seu plantio, sendo assim, a forte expansão da produção observada no período de 1920 a 1935, 5,9% ao ano, bem superior às expansões dos períodos anteriores, pode ser atribuída à confiança dos cafeicultores na garantia de compra da produção excedente.

Para a região do vale do Paraíba paulista, denominada “região Norte” por Milliet, observamos que no início do terceiro quartel do século XIX apresenta o auge de sua produção, passando a vivenciar situação de declínio a partir do último quartel do mesmo século, caindo de 86,5% da produção total do estado em 1836 para 77,5% em 1854. A partir de então reduz sua participação para 20,0% em 1886, chegando a 3,5% em 1920 e ínfimos 1,7% em 1935.

A evolução da produção intra-regional

Embora constatem, a partir dos dados até então apresentados, a decadência da produção da região, podemos observar, de acordo com a tabela 3 (abaixo) que a evolução da produção não foi homogênea.

Tabela 3: Produção de Café, Vale do Paraíba, Arrobas e Porcentagem

Municípios	1854		1886		1920		1935	
	Arrobas	%	Arrobas	%	Arrobas	%	Arrobas	%
Areias	386.094	13,9	480.000	24,6	79.900	10,8	52.335	5,9
Bananal	554.600	20,0	-	-	15.847	2,2	13.650	1,6
Guaratinguetá	100.885	3,6	350.000	17,9	97.687	13,3	63.625	7,2
Jacareí	240.010	8,7	86.000	4,4	21.880	3,0	39.540	4,5
Lorena	125.000	4,5	176.667	9,0	130.961	17,8	107.040	12,2
Paraibuna	118.320	4,3	10.000	0,5	11.747	1,6	68.725	7,8
Pindamonhangaba	350.000	12,6	200.000	10,2	84.520	11,5	51.109	5,8
S. J. dos Campos	60.000	2,2	250.000	12,8	51.173	6,9	134.254	15,3
Taubaté	354.730	12,8	360.000	18,4	222.147	30,2	324.293	36,8
Outros Municípios	484.000	17,4	41.600	2,2	20.833	2,7	25.246	2,9
Total da Região	2.773.639	100,0	1.954.267	100,0	736.695	100,0	880.167	100,0

Fonte: MILLIET, op. cit. p. 41. A produção de Bananal relativa a 1886 está somada à Areias.

De início devemos observar que a queda da região na proporção da produção do Estado tem como base de comparação uma grande evolução na produção física, passando de 590.066 arrobas de produção anual em 1836 para 52.440.210 arrobas em 1935. Por esse ponto de observação a produção física regional sofreu uma queda menos significativa. Tomando-se por base 1854, o ano do auge da produção regional, temos que em 1886 a produção regional correspondeu a 75,5% da daquele ano, a de 1920 a 28,0%, elevando-se para 32,8% em 1935.

No entanto, é no perfil da evolução da produção intra-regional que observamos dados mais significativos para a nossa análise.

A produção regional apresentou desequilíbrios na sua evolução. Esses mostram que alguns municípios sofreram uma decadência nas suas produções a valores insignificantes, enquanto outros mantiveram uma produção física capaz de manter a atividade cafeeira com importância econômica.

Podemos afirmar pelos dados acima que, de fato, aqueles municípios da região, amplamente conhecidos pelos estudos na bibliografia sobre o café, por terem sido os seus grandes produtores, como Bananal e Areias, tiveram sua produção acentuadamente reduzida, chegando ao ano de 1935 com uma redução de 97,5% e 86,4%, respectivamente, comparado ao ano de 1854.

No entanto, alguns municípios mantiveram sua produção elevada, destacando-se, dentre eles, Taubaté. Este município produzia em 1935 praticamente o mesmo que em 1854. Sendo que, conforme Maria M. de Abreu, a partir de 1900, passou a ser, com produção de 600.000 arrobas, o maior produtor regional. (ABREU, 1985:38) A sua participação na produção regional, que era de 12,8% em 1854, passou para 36,8% ao final do período. Outros municípios que não sofreram queda tão acentuada em sua produção foram Guaratinguetá, Lorena e São José dos Campos. Neste último houve crescimento.

A defesa do preço do café e os efeitos sobre o faturamento

Se considerarmos a evolução da cotação do preço do café no mercado internacional, que foi, para os anos mencionados acima: 1854 – U\$ 2,875/arroba; 1886 – U\$ 3,537/arroba; 1900 – U\$ 2,446/ arroba; 1920 – U\$ 6,446/ arroba; 1935 – U\$ 2,512/ arroba(DELFIM NETTO, 1961: 346-347), vemos que até 1920, alguns municípios, principalmente Taubaté, puderam manter a captação de recursos com a produção de café, como estimamos na tabela 4, a seguir :

Tabela 4: Faturamento com Produção de Café, Vale do Paraíba, Dólares e Porcentagem

Municípios	1854		1886		1920		1935	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%	US\$	%
Areias	1.110.020 13,9		1.697.760 24,7		515.035 10,8		131.466 5,9	
Bananal	1.594.475 20,0		-	-	102.150 2,2		34.289 1,6	
Guaratinguetá	290.044 3,6		1.237.950 18,0		629.690 13,3		159.826 7,2	
Jacareí	690.029 8,7		304.182 4,4		141.038 3,0		99.324 4,5	
Lorena	359.375 4,5		592.488 8,6		844.174 17,8		268.884 12,2	
Paraibuna	340.170 4,3		35.370 0,5		75.721 1,6		172.637 7,8	
Pindamonhangaba	1.006.250 12,6		707.400 10,3		544.816 11,5		128.386 5,8	
São José dos Campos	172.500 2,2		884.250 12,9		329.861 6,9		337.246 15,3	
Taubaté	1.019.849 12,8		1.273.320 18,5		1.431.960 30,1		814.624 36,9	
Outros Municípios	1.391.500 17,4		147.139 2,1		134.290 2,8		63.418 2,8	
Total da Região	7.974.212 100,0		6.879.859 100,0		4.748.735 100,0		2.210.100 100,0	

Fonte: MILLIET, op. cit. p. 41. DELFIM NETTO, Antonio. *O Problema do Café no Brasil*. São Paulo, IPE/USP, 1961. pp. 346-347. Os valores acima foram obtidos pela multiplicação do preço de importação do café nos Estados Unidos, citados em DELFIM NETTO, pela quantidade produzida em arrobas indicados na Tabela 3.

A evolução desse faturamento, indicada na tabela 5, expressa uma decadência da atividade muito mais amena que aquela apontada na literatura sobre o tema, imortalizada na conhecida obra de Monteiro Lobato, *Cidades Mortas*, descrevendo a decadência nas cidades pioneiras de Areias e Bananal.

Tabela 5: Desenvolvimento do Faturamento, 1854=100

Municípios	1854	1886	1920	1935
Areias	100,00	152,95	46,40	11,84
Bananal	100,00		6,41	2,15
Guaratinguetá	100,00	426,81	217,10	55,10
Jacareí	100,00	44,08	20,44	14,39
Lorena	100,00	164,87	234,90	74,82
Paraibuna	100,00	10,40	22,26	50,75
Pindamonhangaba	100,00	70,30	54,14	12,76
São José dos Campos	100,00	512,61	191,22	195,50
Taubaté	100,00	124,85	140,41	79,88
Outros municípios	100,00	10,57	9,65	4,56
Total da Região	100,00	86,34	59,55	27,72

Fonte: Valores indicados na Tabela 4.

Observando os dados acima, podemos concluir que a região experimentou grande queda no faturamento com o café, chegando a 1935 com 27,72% do faturamento observado em 1854. Nota-se, também, que em 1920 o faturamento era de 59,6% do verificado em 1854, mesmo sendo a produção física equivalente a 26,5% no mesmo período, fruto da política de valorização. No entanto, alguns municípios não sofreram queda tão acentuada, assegurando um fluxo de renda para a região capaz de manter as atividades dos municípios e viabilizando recursos para o fomento ao desenvolvimento de outras atividades, entre as quais a indústria têxtil. Esses municípios foram Guaratinguetá, Lorena, Pindamonhangaba, Taubaté e São José dos Campos – este manteve o mesmo faturamento no final do período analisado.

A defesa do café e os efeitos sobre a transição da economia do Vale do Paraíba paulista

A motivação para o estudo que descrevemos anteriormente foram as afirmações antagônicas de dois autores. De um lado, Wilson Cano, que em seu estudo sobre a dinâmica da cultura cafeeira no oeste paulista e sua relação com a industrialização paulista, aponta escassez de capital no Vale do Paraíba como justificativa para a sua estagnação econômica. (CANO,1990, p. 23-30); de outro, Müller que já apontava ser esse um fato discutível, que dependia de comprovação. (MÜLLER,1969, p.2)

Entendemos que Cano ao considerar a região como homogênea, mesmo porque o seu estudo não poderia contemplar as especificidades intra-regionais, sub-estimou as bases de formação que dariam condições posteriores para o processo de desenvolvimento regional, que nasceu ainda no período da República Velha. Consideramos, com

base na análise anterior, que essa escassez de capital, considerando-se as condições regionais, não foi tão intensa e permitiu aos municípios pioneiros da industrialização regional, com exceção de Jacareí, o desenvolvimento de uma atividade industrial embrionária a partir dos capitais regionais. São esses municípios que desenvolverão, posteriormente, um forte processo de industrialização (Taubaté, Jacareí, Guaratinguetá e São José dos Campos).

Outro aspecto que merece atenção, por constituir-se em fator vital para as atividades produtivas, diz respeito à oferta da força de trabalho. Nesse ponto, a economia cafeeira foi fundamental para o povoamento intensivo da região. Sergio Milliet (1946) aponta para os anos-referência a seguinte população regional:

Tabela 6: Evolução da População do Vale do Paraíba Paulista. Números Absolutos

Municípios	1854	1886	1920	1935
Areias	11.663	25.661	22.147	23.635
Bananal	-	17.654	11.507	12.932
Guaratinguetá	13.714	25.632	43.101	38.838
Jacareí	9.861	16.565	25.363	31.300
Lorena	10.306	40.344	52.079	57.689
Paraibuna	7.261	17.683	32.216	26.783
Pindamonhangaba	14.645	25.084	43.183	40.284
São José dos Campos	6.935	17.906	30.681	31.606
Taubaté	22.307	40.624	85.433	68.040
Outros Municípios	41.249	87.522	131.361	136.114
Total da Região	137.941	314.675	477.071	467.221

Fonte. MILLIET, op. cit. p. 39.

Tabela 7: Evolução da População do Vale do Paraíba Paulista, 1850 = 100

Municípios	1854	1886	1920	1935
Areias	100,00	220,02	189,89	202,65
Bananal				
Guaratinguetá	100,00	186,90	314,28	283,20
Jacareí	100,00	167,98	257,21	317,41
Lorena	100,00	391,46	505,33	559,76
Paraibuna	100,00	243,53	443,69	368,86
Pindamonhangaba	100,00	171,28	294,87	275,07
São José dos Campos	100,00	258,20	442,41	455,75
Taubaté	100,00	182,11	382,99	305,02
Outros municípios	100,00	212,18	318,46	329,98
Total	100,00	228,12	345,85	338,71

Fonte: Valores indicados na Tabela 6.

Vemos que esse povoamento se faz mais intensamente, de meados do século XIX até 1886, nos municípios que são os maiores

produtores de café, como Areias, que experimenta crescimento de 120% na sua população; no mesmo ano, era o maior produtor de café da região.

No período seguinte, em que a produção cai significativamente, tanto em valores absolutos quanto em comparação com a produção do Estado de São Paulo, alguns municípios experimentam elevação de sua população, como Lorena, Taubaté e São José dos Campos.

No período final, 1920/1935, a população da região decresceu no geral, fruto da decadência definitiva da produção cafeeira. Nesse contexto, o município que experimenta a maior evolução populacional é Jacareí, com incremento de 23,4%.

Examinando-se mais detidamente o perfil populacional, observamos um processo de urbanização crescente. Taubaté apresentava um índice de população urbana de 59,7% em 1934.(ABREU,1985)

Como bem observou Muller (1969), essa população, particularmente a parcela urbana, gerou necessidades de consumo, tais como roupas, calçados, chapéus, gravatas, cobertores, etc, que só seriam atendidas com a produção industrial. Sem dúvida, essa população auxiliava a formação de um mercado de consumo interno, embora diminuto.

No entanto, o fato mais importante é que, com a decadência da cafeicultura, a mão-de-obra utilizada na lavoura migrou para as cidades. O elemento negro foi, pelo menos parcialmente, transferido para as atividades geradoras do complexo cafeeiro do oeste paulista.

Esse complexo constituía-se da montagem das fazendas, instalação de meios de transporte e operação da unidade propriamente dita, entre outras atividades.

Nesse processo, o trabalhador nacional foi amplamente utilizado nos dois primeiros casos, enquanto o trabalhador imigrante no terceiro. (KOWARIC,1994; MARTINS,1990) Outra parcela acumulou-se nas cidades, oferecendo disponibilidade de força de trabalho. Essa disponibilidade constitui-se num dos principais fatores de atração de investimentos. A oferta de mão-de-obra em níveis elevados acarreta a possibilidade de redução de salários, permitindo a fabricação de produtos com preços competitivos e a ampliação da obtenção de excedentes em forma de lucros.

Durante o período que estamos estudando, há, especificamente para o setor têxtil, uma grande concentração de empresas na capital paulista, assim como a consolidação do setor. Essas condições

oferecem a possibilidade de expansão, com a instalação de unidades produtivas em outras regiões, principalmente aquelas que dispunham de boas condições de transporte, ou seja, as ferrovias.

A instalação de ferrovias no Brasil fez-se a partir da década de 1860, sendo que no Estado de São Paulo a mais importante ferrovia foi a São Paulo Railway, que, a partir de 1867, ligava Santos a Jundiá. A partir da construção dessa estrada, outras ferrovias foram construídas, como a Mogiana, a Paulista, a Sorocabana. À implantação das ferrovias, seguia-se a instalação de fazendas e a mobilização do trabalhador imigrante para essas regiões.

A combinação desses fatores (custo de transporte reduzido, cafeeiros novos e com maior produtividade e mão-de-obra barata) possibilitou ao oeste paulista condições de produção contínua e consistente. Aliás, o transporte ferroviário foi o principal fator que viabilizou a interiorização da produção cafeeira, pois os custos de transporte por tropas de muares eram de tal ordem (chegavam a 50% do valor da saca de café) que impossibilitavam a expansão para o interior. Com a ferrovia, esses custos orçavam em 20% em média.(CANO,1990)

Nesse contexto, virá a ferrovia no Vale do Paraíba paulista, que, como aponta Cano (1990), não serviu para a dinamização da produção cafeeira, já que a dinâmica do oeste paulista não se apresentava para a região, que possuía cafeeiros velhos, produção em queda e ausência de terras para a expansão da cultura.

No caso da região do Vale do Paraíba no Estado de São Paulo, a introdução do sistema ferroviário, que concluiu a ligação São Paulo - Rio de Janeiro em julho de 1877, atingiu uma região em que já havia uma estrutura de armazenamento e transporte instalada. Houve o caso de Lorena, em que, em princípio, a ferrovia não instalou estação no município. (EVANGELISTA,1987:144-7)

A ferrovia implantou as estações ferroviárias em Cruzeiro e Cachoeira Paulista, deixando a sede do município de Lorena e a infraestrutura anterior sem nenhum benefício quanto à redução dos custos de transporte, por algum tempo, pois a locomoção até o município vizinho implicava operações adicionais de armazenamento e transporte.

Soma-se a isso o fato de que os cafeeiros já estavam maturados em sua maior parte, restando áreas de expansão de plantação nas cidades mais próximas da capital; como mostramos no perfil da evolução da produção regional acima, serão aqueles municípios que

continuarão com uma produção de café significativa até a década de 1930.

No entanto, a chegada da ferrovia, em 1875-1877, facilitou o contato com as duas grandes capitais, Rio de Janeiro e São Paulo, incentivando novas atividades econômicas e expandindo o comércio da região.

A dinâmica da evolução urbana altera-se, passando a estação ferroviária a ser o ponto de referência para o posterior desenvolvimento da cidade. Dessa maneira, as atividades econômicas dos municípios irão ser instaladas próximas às estações, pois, tanto para o transporte de passageiros quanto para o recebimento e envio de mercadorias será a ferrovia o grande meio de transporte utilizado.

Portanto, se a ferrovia não dinamizou a atividade cafeeira, como no oeste paulista, ela contribuiu para a continuação da urbanização e a consolidação da nova vocação regional, a atividade manufatureira, voltada para atender às demandas dos grandes centros urbanos.

Conclusão

Procuramos neste artigo fazer uma avaliação dos efeitos da defesa do preço do café, consequência do Convênio de Taubaté, sobre a região pioneira de produção no Estado de São Paulo, o chamado “norte paulista”.

Embora tenha ocorrido, de fato, uma redução considerável de sua produção, o descarte absoluto da mesma na literatura econômica brasileira como região produtora já no final do século XIX parece ser exagerada.

As chamadas “cidades mortas”, imortalizadas pela clássica obra de Monteiro Lobato (1976) não se reproduzem homogeneamente pela região.

Demonstramos que a dinâmica da produção fez com que houvesse uma relativa manutenção do nível de produção que, com a valorização do produto, transferiu para a região recursos que garantiram a manutenção de um nível de atividade econômica que permitiu a oferta de infra-estrutura urbana, mão-de-obra disponível e capital acumulado para direcionar-se em novos investimentos, favorecendo a diversificação de atividades econômicas.

Essas novas atividades concentraram-se na indústria têxtil, que, ao final do período analisado, possuía várias grandes unidades em diversos municípios da região.

A conclusão geral é a de que, não fossem esses excedentes, cuja acumulação foi favorecida pela política de defesa do preço do café, a

transição de uma economia agrícola para uma economia urbano-industrial teria sido bem mais traumática na porção paulista do Vale do Rio Paraíba.

Referências

- ABREU, M. M. de. **Taubaté: De Núcleo Irradiador de Bandeirismo a Centro Industrial e Universitário do Vale do Paraíba**. Aparecida, Santuário, 1985.
- CANO, W. **Raízes da Concentração Industrial em São Paulo**. São Paulo, Hucitec, 1990.
- DELFINO NETTO, A. **O Problema do Café no Brasil**. São Paulo, IPE/USP, 1961.
- EVANGELISTA, J. G. **Lorena no século XIX**. São Paulo, Governo do Estado, 1987.
- KOWARIC, L. **Trabalho e Vadiagem. A Origem do Trabalho Livre no Brasil**. São Paulo, Paz e Terra, 1994.
- LOBATO, M. **Cidades Mortas**. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- MARTINS, J. de S. **O Cativo da Terra**. HUCITEC, São Paulo, 1990.
- MILLIET, S. **Roteiro do Café e Outros Ensaio**. São Paulo, BIPA-EDITORES, 1946.
- MÜLLER, N. L. **O Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba - Estado de São Paulo**. Rio de Janeiro, IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia, 1969.
- MÜLLER, N.L. **Industrialização do Vale do Paraíba**. São Paulo, Instituto de geografia/USP, 1969.